



Primeiro Plano

Novo governo

Costa À espera que ressabiamento passe

O secretário-geral do PS afirmou à "Visão" que um Governo de gestão seria a "pior das soluções" para o país e que o acordo da Esquerda garante estabilidade governativa. Disse ainda esperar que o "ressabiamento nervoso" da coligação passe em breve, a fim de assumir uma "postura responsável".



10

dias

foi quanto o antigo presidente da República Jorge Sampaio demorou a decidir dar posse a Santana Lopes, em 2004, após a crise aberta pela demissão do primeiro-ministro Durão Barroso. Ouviu então 17 personalidades da vida pública.



Governo de Passos Coelho tomou posse há duas semanas, mas já foi chumbado

Ministros ganham cada dia que passa

DIREITA O Governo da coligação, que foi derrubado no Parlamento, está em exercício há duas semanas. Toda a equipa receberá por cada dia que passa, enquanto não houver outro Executivo. Considerando o salário bruto e as despesas de representação, antes dos descontos e sem contar com os cortes no setor estatal, o primeiro-ministro, o vice e os outros ministros já ultrapassam, cada, três mil euros em 14 dias.

A 30 de outubro, o presidente da República deu posse a Passos Coelho e à sua equipa de 16 ministros e 36 secretários de Estado: 53 no total.

Governo demitido:

Que atos pode praticar

● O artigo 186.º da Constituição da República diz que, após a sua demissão, o Governo limita-se "à prática dos atos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos". O Tribunal Constitucional já se pronunciou várias vezes sobre esta questão. A seu ver, daquela definição "não resulta nenhuma limitação em função da natureza dos atos admissíveis". Os atos de um Governo de gestão podem não ser apenas de "gestão corrente" pois "o interesse público pode reclamar a prática inadiável, por exemplo, de atos legislativos".

Os ministros terão direito a receber pelos dias que trabalharam, mais despesas de representação. O Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos só prevê uma subvenção em caso de incapacidade, o que já não acontecesse com as subvenções vitais e o subsídio de reintegração.

O salário dos governantes é uma percentagem do ordenado do presidente da República (7630 euros, antes das medidas de austeridade): 75% para o primeiro-ministro; 70% para o vice; 65% para os ministros; 60% para os secretários de Estado. Passos Coelho ganha, brutos, 5722; Paulo Portas 5341; os ministros 4959 e os secretários de Estado 4578. A isto acresce o abono mensal para despesas de representação. Somadas as duas parcelas, o primeiro-ministro já vai em 3738 euros; o vice em 3489; os ministros em 3240 e os secretários de Estado em 2884.

O Governo em exercício continuou a marcar presença em cerimónias, no dia após a queda. Foi o caso, por exemplo, do novo ministro da Saúde, Fernando Leal da Costa, que fez inaugurações em Vagos e no Pombal, e do ministro da Defesa, Aguiar-Branco, que presidiu à cerimónia do 92.º aniversário da Liga dos Combatentes, em Lisboa. Rui Machete, dos Negócios Estrangeiros, representa o país numa cimeira europeia, em Malta. Entretanto, PSD e CDS terminam hoje o "road show" pelas distritais para explicar o programa, já chumbado.

CARLA SOARES

Audições

Patrões são os primeiros a ser ouvidos



BELÉM O presidente da República começa hoje de manhã a audição dos parceiros sociais, que decidiu convocar no âmbito da decisão que terá de tomar sobre a designação de um novo Governo. Os primeiros a serem recebidos são a Confederação Empresarial de Portugal (CIP), às 10 horas, seguindo-se a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), às 11.30 horas, a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), às 15 horas, e a Confederação do Turismo Português (CTP), às 17 horas. A audição das duas centrais sindicais (CGTP e UGT) não consta ainda da agenda da Presidência. Ontem, na véspera da ida a Belém, a CAP emitiu um comunicado repudiando a decisão dos partidos de Esquerda de derrubar o Governo "sem a coesão indispensável para governar um país em recuperação de uma grave crise". "A atuação conjunta destas forças políticas, todas fortemente minoritárias de per si, impedirá a concretização no Governo do país daquela que foi a proposta política merecedora de um resultado eleitoral mais expressivo", diz a CAP, manifestando as "maiores reservas políticas" e "sérias preocupações" sobre um Governo PS, "refém" do BE e do PCP. O presidente terá ainda de ouvir os partidos políticos e confirmou ontem que se desloca segunda e terça-feira à Madeira, o que significa que a solução terá de esperar. G.P.

cenários para Cavaco

O constitucionalista Tiago Duarte ajuda a perceber quais são as hipóteses que o presidente tem, sendo que não há prazos para decidir

01

Dar posse a um governo PS, liderado por Costa

● O presidente poderá nomear António Costa primeiro-ministro, "se entender que é a melhor solução para o país". A indigitação acontece por ser o líder do segundo partido mais votado e não necessariamente pelos acordos que assinou com BE, PCP e Verdes e que, neste caso, não dão as garantias que o presidente pediu em matéria de compromissos europeus e de estabilidade para quatro anos. "O presidente pode nomear António Costa sem acordos nenhuns ou escolher não o nomear, mesmo com todos os acordos", diz, explicando que "ninguém ganha um braço de ferro com o presidente nesta matéria". Da decisão não há recurso para o Tribunal Constitucional.

02

Manter Governo em gestão, até poder haver eleições

● Caso a solução Costa não seja aceite, o presidente pode optar por manter o Governo de Passos e Portas em gestão até que a Assembleia da República possa ser dissolvida e marcadas novas eleições, o que, de acordo com o artigo 172.º da Constituição, só pode acontecer nos seis meses posteriores à eleição (ou seja, a partir de 4 de abril). "Nunca é uma solução definitiva", diz, explicando que um Governo de gestão tem poderes limitados e só pode fazer o inadiável. Além de que, com um Parlamento onde a Esquerda está em maioria, os deputados podiam aprovar leis à revelia do Governo. "A actuar ainda mais a crispação e a instabilidade".

03

Formar Governo de iniciativa presidencial

● É uma solução possível, mas que Cavaco sempre afastou. "Tenho a certeza absoluta de que não irá acontecer", diz. Além de não ser do agrado do presidente, esta solução também estaria condenada a não funcionar, dado que a maioria da Esquerda no Parlamento iria bloquear a ação do Governo. Sobre a hipótese de o presidente renunciar ao mandato — de modo a antecipar a data das presidenciais e abrir caminho a uma solução mais rápida por parte do novo presidente —, o constitucionalista não a vê como provável, até porque o novo presidente, a eleger em janeiro, também terá de respeitar o prazo de seis meses para marcar novas eleições.